

Intervenção de Arménio Carlos
Secretário-Geral da CGTP-IN

Camaradas,

No final deste mês assinala-se um ano de Governo PSD\CDS. Um ano de destruição massiva de postos de trabalho e de definhamento do sector produtivo, um ano em que o desemprego real já afecta mais de 1 milhão de trabalhadores e a precariedade atinge uma dimensão insustentável, um ano de redução do poder de compra dos salários e das pensões e de carestia de vida, um ano de roubo aos subsídios de férias e Natal dos trabalhadores e reformados da Administração Pública e do SEE.

Um ano de exploração e empobrecimento, de aumento da desigualdade e da pobreza, de aumento da dependência externa e da dívida, de perda de soberania. Um ano de austeridade e sacrifícios para o povo e de abastança para as empresas do PSI/20, que só no 1º trimestre do ano, tiveram mais de 1.200 milhões de euros de lucro.

Um ano bom para os negócios do FMI, do BCE e da UE, mas negro para os trabalhadores, o povo e o país. Esta é a política que, tendo falhado na Grécia, não terá sucesso em Portugal.

Assim, não é por acaso que, em vésperas das eleições gregas, há gritos de alerta dos que defendem a austeridade e utilizam a chantagem para que o povo grego vote nas políticas que conduziram ao cataclismo actual. Mas não é pela sorte do povo grego que temem: o que eles temem são os efeitos sobre a zona euro. O que eles querem é vergar os gregos pelo medo. Por isso, a este povo que tanto tem lutado, enviamos uma calorosa saudação solidária, assegurando-lhes que, lá como cá, não nos resignamos, pelo que vamos prosseguir e intensificar a luta, contra a ingerência e as políticas de desastre que sustentam e se alimentam da crise do sistema dominante, para pôr em causa a soberania e a democracia e atacar liberdades, garantias e direitos humanos básicos que respeitam à vida e ao bem-estar dos povos.

Neste quadro, é vergonhoso que, em Portugal, alguns falem de solidariedade e da ajuda da tróica, quando os juros do empréstimo davam para pagar o salário médio (805€/líquido) a mais de 3 milhões de trabalhadores durante 1 ano. Que ajuda é esta, que nos põe a pão e água e não respeita a nossa soberania? Que ajuda é esta, que não nos deixa trabalhar para criar riqueza e produzir mais para desenvolver o país? Que ajuda é esta, que põe em causa a vida dos idosos, por não terem dinheiro para comprar medicamentos indispensáveis para a sua sobrevivência? Que ajuda é esta, que obriga os estudantes a abandonar as universidades por os pais não terem dinheiro para pagar as propinas? Que ajuda é esta, que nos arrasa com sucessivos sacrifícios, ao mesmo tempo que aumenta as facilidades concedidas aos banqueiros, que têm acesso ao financiamento pelo BCE a uma taxa de 1%, para o aplicarem em operações especulativas?

Isto não é ajuda, é agiotagem pura e dura!!!

Por isso, não contem connosco para dar cobertura a pedidos de sacrifícios ao povo, para alimentar os desvarios dos banqueiros.

Não contem connosco para apelos à união entre os que trabalham e são explorados e aqueles que nos exploram e esbanjam o dinheiro dos nossos impostos nos BPP e BPN's!

Mas contem connosco para juntar forças e vontades para prosseguir e intensificar o esclarecimento, a indignação, o protesto e a luta, por uma mudança de política que responda às necessidades e anseios dos trabalhadores e das suas famílias e coloque o país no rumo do desenvolvimento económico e social.

Estimados camaradas,

Esta é uma política que tem responsáveis, são os que governaram o País nas últimas décadas, que implementaram uma política de destruição do aparelho produtivo, um modelo de baixos salários e muita precariedade, que privatizaram o património público.

Com o memorando da tróica está em marcha a tentativa do regresso ao passado, para desferir uma nova machadada nas conquistas de Abril e impor o retrocesso social e civilizacional como regra.

Recorrendo à mentira e não poucas vezes à intimidação, querem, afinal bem o sabemos, e a história o comprova, fazer baixar a guarda dos que resistem e lutam, instalar a resignação e o medo, num quadro de acelerado incremento da exploração.

Mas, ao contrário do que pensam, não é pela via da arrogância e da prepotência, que se responde aos problemas do povo e do país e se constrói o futuro.

Hoje, mais do que nunca, é preciso responder ao problema do desemprego, do crescimento económico e da dependência externa! A CGTP-IN exige soluções e tem propostas!

A situação dos jovens, com o elevado desemprego e precariedade, não é sustentável!

O chamado "Impulso Jovem" não passa da venda de uma ilusão que, rapidamente, se transformará numa enorme frustração. Nós não aceitamos que o Governo dê centenas de milhões de euros ao patronato para generalizar a precariedade, baixar os salários e depois passar o "passaporte" para o desemprego aos nossos jovens. Nós não aceitamos que queiram fazer das jovens gerações os novos pobres de amanhã. Para a CGTP-IN, é preciso que o investimento tenha retorno. É preciso que o emprego criado seja seguro e com direitos e garanta aos jovens o direito de organizar a sua vida pessoal e familiar. Os jovens têm direito a trabalhar e serem felizes

Mas se é importante encontrar soluções para os jovens, são precisas respostas urgentes para os desempregados de longa duração e os que não têm protecção social ou em que esta foi reduzida. É inadmissível que este país desperdice as competências e a experiência acumulada de uma vida profissional de homens e mulheres que, querendo trabalhar, vêem negado esse direito pelas políticas que estão a ser seguidas. É inadmissível que a maioria dos desempregados não tenha prestações de desemprego e que, apesar de haver indicações de que uma parte dos mesmos está a esgotar as prestações, se pretenda reduzir mais a protecção social no desemprego.

Estes são problemas sérios que não se resolvem com declarações de ocasião dos que, hipocritamente, dizendo-se preocupados com as pessoas, desenvolvem e apoiam políticas contra as pessoas.

Se há dinheiro para financiar os bancos e as empresas, então que se atribua também o subsídio social de desemprego a todos os desempregados enquanto durar a crise. E não nos venham dizer que não é possível. É possível, se combaterem a fraude e evasão fiscal, se taxarem um pouco mais os rendimentos de capital que não param de aumentar, se aplicarem uma pequena taxa sobre as transacções financeiras na bolsa que, só no ano passado atingiram cerca de 102 mil milhões de euros.

Camaradas:

Agora os ideólogos da direita vêm com a ideia peregrina que é preciso baixar os salários. Insaciáveis, como sempre, repetem a mentira até à exaustão, de forma a tentar que ela se torne uma verdade absoluta. Fazem-no com a maior desfaçatez, sabendo:

- Que já temos os custos salariais mais baixos da zona euro.
- Que temos mais de 2 milhões e 300 mil trabalhadores com salários inferiores a 900 euros.
- Que os salários oferecidos nos Centros de Emprego, em Abril, e para as profissões de nível de qualificação mais elevado, eram apenas de 630 euros.
- Que os trabalhadores com o Salário Mínimo Nacional vivem abaixo do limiar da pobreza.

Mas, se estes optam por esta via, outros há que, como o Primeiro-ministro e o Ministro das Finanças, que afirmam que os salários não podem descer. Mas será que eles pensam que os trabalhadores não têm memória? Então não foi este Governo que cortou o subsídio de férias e de natal aos trabalhadores e aposentados da AP e do SEE, que quer impor a redução do pagamento do trabalho suplementar, que nos quer obrigar a trabalhar mais 13 dias por ano, gratuitamente! Então não são eles que querem rever a legislação laboral para reduzir a retribuição? Então não são os mesmos que não cumprem o acordo que estabelecia os 500 euros para o SMN em 2011? Se isto não é reduzir a retribuição do trabalho, o que é?

Eles sabem que todos nós sabemos que a produtividade não se melhora com a redução de salários, com a diminuição do investimento e a compressão da despesa social. Não é a concorrer com os países de baixos salários que o país fica melhor. Este é o caminho para o quarto mundo!

Eles sabem mas não querem reconhecer que o aumento dos salários dos trabalhadores é um imperativo nacional e que a revisão do salário mínimo para 515 euros, é inevitável e uma necessidade, não só social mas também económica, para o futuro das empresas, a criação de emprego e a dinamização da economia.

Mas, caso insistam em cortar nos salários, nós indicamos-lhe o caminho: cortem nos salários dos executivos e quadros de topo das empresas do PSI-20, que todos os anos auferem rendimentos que a generalidade dos trabalhadores não obtém numa vida. Cortem na remuneração dos grandes accionistas que arrecadam milhares de milhões de euros em dividendos na bolsa.

Caros amigos e amigas,

A cada dia que passa, a cada mês que se soma ficam mais claras as reais intenções e consequências do Acordo a que chamaram de crescimento, competitividade e emprego. Trata-se, afinal, do acordo para o trabalho forçado, da recessão e do desemprego, da precariedade e dos baixos salários, o acordo da exploração e do empobrecimento.

Este é um acordo que atenta contra os direitos dos trabalhadores e das suas famílias.

Esta é uma revisão laboral que choca com o direito de trabalho e a harmonização social no progresso, que viola normas internacionais do trabalho e entra em rota de colisão com a CRP.

Este é um acordo que dá lastro aos bloqueios patronais, à negociação colectiva e às restrições governamentais à emissão de portarias de extensão, que abrem a porta à destruição da contratação colectiva e à redução do poder de compra dos salários.

A CGTP-IN não aceita que o Governo e a tróica se imiscuam no direito de contratação colectiva para atacar os direitos dos trabalhadores e pôr em causa um direito fundamental que a CRP atribui exclusivamente aos sindicatos!

Por muito que tentem, tal como no passado, também no presente não conseguirão afastar os Sindicatos dos locais de trabalho. Foi lá que nasceu e se consolidou a CGTP – Intersindical Nacional. É lá que vamos continuar a reforçar-nos todos os dias para resolver os problemas dos trabalhadores.

A CGTP-IN não aceita que o direito de trabalho se reduza ao direito de trabalhar pelo que nos quiserem pagar e pelas condições que nos quiserem impor, por mais infames que sejam.

Perante uma revisão da legislação laboral que constitui uma tentativa de regresso aos tempos do trabalho forçado e um dos mais graves atentados à C.RP. e ao trabalho digno defendido pela OIT, o Senhor Presidente da República, no âmbito dos poderes que detém, deve, em nossa opinião, vetar este diploma. Este é um serviço relevante que presta aos trabalhadores e ao País.

Camaradas,

O Governo do PSD-CDS e dos grandes grupos económicos e financeiros, insistem que o programa de agressão, a que eufemisticamente chamam de ajuda, é para cumprir. Mas, ao contrário do que alguns pensavam, aumentam as vozes de censura e de protesto dos que a ele se opõem, e reclamam como inevitável uma política alternativa, assente nos interesses e na soberania nacionais, que promova um modelo de crescimento económico ancorado num forte e moderno aparelho produtivo, que preserve e crie emprego de qualidade nos sectores privado e público.

Por isso, eles têm medo que os trabalhadores e o povo percam o medo.

Mas nós não temos medo de lutar por aquilo a que temos direito.

Pelo direito ao trabalho e ao trabalho com direitos.

Pelo aumento dos salários e das pensões de reforma.

Pela defesa da Segurança Social, pública, universal e solidária, contra a redução da taxa social única e o plafonamento que, mais não visa, que a sua privatização.

Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde geral e gratuito, contra o encerramento da Maternidade Alfredo da Costa.

Pela defesa de uma Escola Pública de qualidade e inclusiva, contra os mega agrupamentos que degradam o ensino e abrem a porta ao despedimento de milhares de profissionais.

Pela defesa das empresas públicas de transporte colectivo e do serviço social que prestam às populações, contra a privatização da sua gestão.

Pela defesa do poder Local Democrático, construído por Abril, contra a extinção de freguesias e a eliminação de serviços públicos de proximidade prestados às populações.

Contra a lei das rendas, que visa facilitar os despejos, aumentar as rendas de cada e criar condomínios de luxo para os ricos, nas zonas nobres das cidades.

Existem alternativas!

É preciso coragem e vontade política de optar pelo futuro da maioria do nosso povo e afrontar os escandalosos privilégios daqueles que tudo querem e tudo abocanham!

Para responder a esta ofensiva a luta será determinante. Uma luta que a todos diz respeito, trabalhadores e jovens, com ou sem emprego, com vínculos estáveis ou precários, pensionistas e reformados com prestações de miséria ou roubadas!

Sabemos que é difícil, que em jogo está o sistema capitalista e os privilégios de uns poucos que se aproveitam da exploração da força de trabalho, que determinam a subordinação do poder político ao poder económico. Uns que se pretendem intocáveis, que não param de enriquecer, desbaratam a riqueza nacional no jogo especulativo da bolsa e na fuga de capitais para os paraísos fiscais.

Sabemos que a campanha ideológica é fortíssima; que é necessário continuar a agir e lutar para criar condições para uma correlação de forças que nos seja mais favorável. Por isso, a acção e luta reivindicativa dos sindicatos nos locais de trabalho, sobretudo com o reforço da nossa organização sindical de base, é o factor determinante para defender os direitos, aumentar os salários e melhorar as condições de vida. Esta CGTP-IN, organização construída e consolidada por homens, mulheres e jovens, não vira as costas aos problemas e à luta pela transformação da sociedade e pelo futuro de Portugal!

Vamos reforçar a unidade na acção, exigindo uma efectiva mudança de política, que valorize os trabalhadores, assegure o futuro das jovens gerações, seja solidária com os desempregados e respeite os reformados e pensionistas.

Com esperança e confiança, é hora de avançar e lutar!

VIVAM OS TRABALHADORES!

VIVA A CGTP-IN!

Lisboa, 16 de Junho de 2012